

Concurso Público para provimento dos cargos de servidores efetivos do  
Ministério Público do Estado do Acre (MPAC)

**RESPOSTA ESPERADA PRELIMINAR DA PROVA DISCURSIVA**

**Cargo: Analista Ministerial – Direito**

**Questão 01**

---

- (A) Prova testemunhal, prova pericial, prova documental (gravação de circuito de câmeras).
- (B) Comporta a produção de prova pericial por se tratar de crime que deixa vestígio. Será necessária a realização de exame pericial cadavérico, bem como exame pericial na arma de fogo, caso seja apreendida.
- (C) O prazo para a conclusão do inquérito policial é de 10 (dez) dias, por se tratar de investigados presos em flagrante. O prazo de 10 (dez) dias será contado a partir da data de lavratura do auto de prisão em flagrante.
- (D) Considerando que os investigados cometeram, em tese, um crime de latrocínio, doloso e com pena privativa de liberdade superior a 4 (quatro) anos, bem como são condenados foragidos do sistema penal, a medida cautelar mais adequada é a prisão preventiva.
- (E) O Promotor de Justiça poderá arrolar até 8 (oito) testemunhas na denúncia, por se tratar de somente um fato constitutivo de crime apenado com reclusão. A defesa de cada acusado poderá arrolar até 8 (oito) testemunhas na resposta à acusação por se tratar de um fato criminoso apenado com reclusão. Portanto, por parte das defesas dos acusados poderão ser arroladas até 16 (dezesesseis) testemunhas de defesa.
- (F) A confissão dos acusados não poderá ser utilizada como prova, porque foi tomada mediante tortura, sendo caracterizada como prova ilícita, inadmissível no processo penal, diante do princípio constitucional da vedação da utilização das provas obtidas por meios ilícitos.
- (G) O juiz de Direito que presidir a instrução probatória, em regra, deverá proferir a sentença, conforme estabelece o Código de Processo Penal, ao adotar o princípio da identidade física do juiz. Tal princípio não é absoluto, admitindo exceções, sobretudo em casos de aposentadoria, licenças, férias, ou outros afastamentos legais do juiz que tiver realizado a instrução probatória.